

**MB MATIC RENDA FIXA LONGO
PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO
FINANCEIRO - CNPJ:04.570.232/0001-
36**

**REGULAMENTO ALTERADO PELA AGO DO
DIA 18/03/2016**

**DA CONSTITUIÇÃO E DAS
CARACTERÍSTICAS**

Artigo 1º - MB MATIC RENDA FIXA LONGO PRAZO - FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, CNPJ:04.570.232/0001-36, doravante denominado, abreviadamente, **FUNDO**, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e sede social na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, 654 – 9º andar, é regido pela Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, pelo presente Regulamento e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - O FUNDO, a critério do Administrador, poderá admitir como investidores, pessoas físicas e jurídicas.

Artigo 3º - O FUNDO tem como objetivo proporcionar aos seus participantes, doravante denominados, abreviadamente, cotistas, rentabilidade compatível à de investimentos tradicionais em renda fixa, mediante a administração criteriosa e racional de uma carteira de investimento basicamente composta por títulos de renda fixa pós e/ou prefixados, públicos e/ou privados.

Parágrafo Único: A performance estabelecida neste artigo consiste apenas e tão somente em um referencial a ser perseguido pelo Administrador, não constituindo, em hipótese alguma, garantia ou promessa de rentabilidade por parte do Administrador ou do Gestor.

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 4º - A administração e gestão do FUNDO é exercida **MERCANTIL DO BRASIL CORRETORA S.A. – CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede em Belo Horizonte - MG, à Rua Rio de Janeiro, 654, centro - CEP 30160-912, inscrita no CNPJ /MF

sob o número 16.683.062/0001-85, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devidamente credenciada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários como prestadora de serviços de administração de carteiras conforme Ato Declaratório número **14.832, de 15 de janeiro de 2016, doravante** designada simplesmente Administrador.

Artigo 5º - A MERCANTIL DO BRASIL CORRETORA S.A. – CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, atua desde 1973, exercendo atividades de intermediação financeira, administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários nos mercados administrados pela BM&FBOVESPA, SELIC e CETIP S.A., buscando excelência no atendimento e cumprimento da legislação vigente.

Artigo 6º - O Administrador, observadas as limitações legais e regulamentares, tem poderes para praticar todos os atos necessários ao funcionamento do FUNDO, sendo responsável pela sua constituição e pela prestação de informações à CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 7º - Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

I – diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem: o registro de cotistas; o livro de atas das Assembleias gerais e de presença de cotistas; os pareceres do auditor independente; os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e a documentação relativa às operações do FUNDO.

II – no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso anterior até o término do mesmo;

III – pagar a multa cominatória por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na legislação vigente;

IV – exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do FUNDO, ressalvado o que dispuser o regulamento sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do FUNDO;

V – elaborar e divulgar as informações previstas nos artigos 22 e 23 deste regulamento;

VI – manter atualizado junto à CVM a lista de prestadores de serviços contratados pelo fundo bem como as demais informações cadastrais;

VII – empregar, na defesa dos direitos do cotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis;

VIII – exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o **FUNDO**;

IX – custear as despesas com elaboração e distribuição do material de divulgação do **FUNDO**, inclusive da lâmina;

X – transferir ao **FUNDO** qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador, admitindo-se, excepcionalmente, que o administrador de fundo de cotas aplicador seja remunerado pelo administrador do fundo investido;

XI – manter serviço de atendimento ao cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, conforme definido no regulamento e no formulário de informações complementares do **FUNDO**;

XII – observar as disposições constantes do regulamento e do formulário de informações complementares;

XIII – cumprir as deliberações da Assembleia Geral;

XIV – fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo fundo.

DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA CARTEIRA

Artigo 8º - Para alcançar os objetivos propostos, o **FUNDO** mantém em sua carteira, isolada ou cumulativamente, com prazo médio de duração superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias:

- a) Até 100% em títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil.
- b) no máximo 20% em ativos financeiros de emissão do administrador, gestor e ou empresas a eles ligadas, vedada a

aquisição de ações de emissão do administrador;

- c) no máximo 10% em cotas de Fundos administrados pelo administrador, gestor e ou empresas a eles ligadas ;
- d) no máximo 5% em ativos financeiros de emissão de pessoa jurídica não financeira;
- e) no máximo 20% em ativos financeiros de emissão de uma mesma instituição financeira, considerado de baixo risco de crédito na avaliação do Gestor.
- f) no máximo, 50% em ativos ou modalidades operacionais de responsabilidade de emissores privados ou públicos, que não a União Federal, considerados de baixo risco de crédito na avaliação do Gestor;
- g) Vedada aplicação dos recursos do **FUNDO** em ativos negociados no exterior;

Parágrafo 1º - A atuação no mercado de derivativos se restringe às operações com objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, as quais serão referenciadas em ativos e/ou indicadores financeiros que permitam a manutenção do objetivo definido no artigo 3º deste regulamento e obedecerão os seguintes limites:

- a) O total dos valores correspondentes às margens depositadas a título de garantia e prêmios pagos não poderá exceder a 5% (cinco por cento) do valor do patrimônio líquido do **FUNDO**;
- b) o total das operações não poderá exceder a 100% (cem por cento) do valor do patrimônio líquido do **FUNDO**;
- c) em se tratando de operações de “ swap “ realizadas em sistemas sem garantia, tanto em mercados administrados por bolsas de valores ou de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, será observada a equivalência com percentuais exigidos a títulos de margem de garantia em operações de mesma natureza cursadas em sistemas com garantia, ou, na ausência desse, com o maior percentual exigido para registro de operações de “swap ” naqueles sistemas.
- d) Em razão da política de investimento adotada pelo **FUNDO** não existe a

possibilidade de seus cotistas serem chamados para realizarem aportes adicionais visando cobertura de patrimônio líquido.

Parágrafo 2º - A rentabilidade do **FUNDO** é função do valor de mercado dos ativos que compõem sua carteira. A variação de preços desses ativos configura a possibilidade de ganhos e de perdas. Desta forma, eventualmente, poderá haver perda do capital investido, não cabendo ao **ADMINISTRADOR** ou ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC, garantir qualquer rentabilidade ou o valor aplicado. Os ativos que compõem a carteira do **FUNDO**, estão sujeitos aos seguintes riscos:

- a) **Risco de Mercado:** Os ativos são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos tais como: ciclos econômicos, alteração de legislação e de política econômica, podendo dessa forma, causar oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira e, conseqüentemente, depreciação no valor da quota;
- b) **Risco de Crédito:** representado pela perda potencial decorrente do não cumprimento das obrigações de uma contraparte para com o **FUNDO**;
- c) **Risco de Liquidez:** representado pela possibilidade de redução ou mesmo de inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira nos respectivos mercados em que são negociados, podendo o gestor encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar esses ativos pelo preço e no tempo desejado;
- d) **Risco Legal:** É o risco decorrente de decisões judiciais e/ou regulamentares que afetem o retorno esperado para o **FUNDO**;
- e) **Risco proveniente da utilização de Derivativos:** É o risco de perda em decorrência de eventual insuficiência de "hedge" ou por variações bruscas no preço dos ativos em momentos de nervosismo do mercado;
- f) **Risco Sistemico:** resulta de alterações econômicas que podem afetar todos os investimentos, não podendo ser reduzido através de uma política de diversificação;

Parágrafo 3º - As quantias que forem atribuídas ao **FUNDO** a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos advindos de ativos que integrem sua carteira, serão integradas ao patrimônio líquido do **FUNDO**.

GERENCIAMENTO DE RISCO

Artigo 9º - Para gerenciamento dos riscos a que o **FUNDO** se encontra sujeito, o **ADMINISTRADOR** adota os métodos abaixo descritos:

Parágrafo 1º – Para o gerenciamento do risco de mercado, utiliza-se o Valor em Risco (Value-at-Risk – VaR) objetivando-se estimar a perda potencial máximo dentro de dado horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado são realizados testes de estresse que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e prospectivos.

Parágrafo 2º – Todo o processo de aquisição de títulos representativos de dívida privada obedece a limites operacionais definidos com base em análises próprias e ou de terceiros e nos ratings emitidos por agências classificadoras de risco de crédito no país.

Parágrafo 3º – Como forma de reduzir o risco de liquidez, são mantidas posições substanciais e consideradas adequadas em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais que são os ativos com maior volume de negociação no mercado.

Parágrafo 4º – A política utilizada pelo **ADMINISTRADOR** para gerenciar os riscos a que o **FUNDO** e seus cotistas estão sujeitos, não constitui garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo **FUNDO** e ou por seus cotistas, especialmente em situações anormais de mercado, quando a referida política de gerenciamento de risco pode ter sua eficiência reduzida.

CUSTODIANTE

Artigo 10 - Os títulos e valores mobiliários, bem como outros ativos financeiros integrantes da carteira do fundo, são custodiados pela MERCANTIL DO BRASIL CORRETORA SA CÂMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - inscrita no CNPJ sob o Nº 16.683.062/0001-85, com sede social na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais localizado à Rua Rio de Janeiro nº 654 – 16º andar, autorizada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, de conformidade com a ICVM 542/2013, doravante denominado CUSTODIANTE e devidamente registrados em contas de depósitos específicas, abertas diretamente em nome do **FUNDO**, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Único – pelos serviços de custódia mencionados no caput o Fundo pagará diretamente ao Custodiante o percentual máximo de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) ao ano sobre o seu patrimônio líquido diário, respeitado o valor mínimo de R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais) por mês, que será calculado e provisionado diariamente e paga mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente.

DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Artigo 11 – O **FUNDO** pagará ao administrador percentagem de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao ano, sobre o valor do patrimônio líquido, como somatório das remunerações devidas pelos serviços de administração que compreende: gestão da carteira do **FUNDO**; pelas atividades de tesouraria, de controle e processamento dos títulos e valores mobiliários; escrituração, emissão e resgate de cotas;

Parágrafo 1º – A remuneração acima mencionada será calculada e provisionada diariamente, por dias úteis, mediante a divisão da taxa de administração anual por 252 dias.

Parágrafo 2º – O **FUNDO** pagará diretamente aos prestadores dos serviços mencionados no caput deste Artigo, os valores que lhes forem devidos, na forma ajustada nos respectivos contratos firmados com o mesmo.

Parágrafo 3º – Os contratos de prestação de serviços referidos no parágrafo anterior firmados com terceiros pelo administrador, em nome do **FUNDO**, devem ser mantidos pelo administrador e respectivos contratados à disposição da CVM.

Parágrafo 4º - Sem prejuízo do disposto no § 2º do Art.79 da Instrução CVM nº 555, o administrador e cada prestador de serviço contratado respondem perante a CVM, na esfera de suas respectivas competências, por seus próprios atos e omissões contrários à lei e ao regulamento do **FUNDO**.

Parágrafo 5º - O **FUNDO** não cobra taxa de performance, de ingresso ou de saída.

DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 12 - Entende-se por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

DA EMISSÃO, COLOCAÇÃO E RESGATE DE COTAS

Artigo 13 - As quotas do **FUNDO** correspondem a frações ideais do seu patrimônio, serão escriturais e nominativas, e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo 1º - A qualidade de cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de cotistas do **FUNDO**, que será efetuado pelo **ADMINISTRADOR**.

Parágrafo 2º - O valor da cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de cotas do **FUNDO**, apurados, ambos, no encerramento do dia, ou seja, o horário de fechamento dos mercados em que o **FUNDO** atue.

Parágrafo 3º - A conversão e o pagamento do resgate será efetuado no próprio dia da solicitação e conversão do respectivo resgate, após a apuração da cota de fechamento do **FUNDO**.

Parágrafo 4º - As cotas do **FUNDO** conferirão iguais direitos e obrigações aos cotistas.

Parágrafo 5º A transferência ou cessão das cotas do **FUNDO** somente será realizada nas hipóteses de execução de garantia, por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens, ou sucessão universal.

Artigo 14 - A quota do **FUNDO** terá o seu valor calculado diariamente, por dia útil, independente de feriado estadual ou municipal na sede do Administrador, com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira.

Artigo 15 - O pagamento do resgate deverá ser efetuado em cheque, crédito em conta corrente ou ordem de pagamento, independente de feriado estadual ou municipal na sede do administrador.

Artigo 16 Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do **FUNDO**, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do **FUNDO** ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, o administrador poderá declarar o fechamento do **FUNDO** para a realização de resgates, comunicará imediatamente à CVM e divulgará o Fato Relevante e caso o **FUNDO** permaneça fechado por 5 dias consecutivos convocará a Assembleia Geral Extraordinária, no dia subsequente, para deliberação em 15 (quinze) dias, sobre as seguintes possibilidades:

I – substituição do administrador, do gestor ou de ambos;

II – reabertura ou manutenção do fechamento do **FUNDO** para resgate;

III – cisão ou liquidação do **FUNDO**.

Parágrafo Único - O Administrador responderá aos cotistas remanescentes pelos prejuízos que lhes tenham sido causados em decorrência da não utilização dos poderes conferidos no caput deste artigo.

Artigo 17 - Na emissão de cotas do **FUNDO** será utilizado o valor da quota de fechamento em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos

recursos confiados pelo investidor ao Administrador em sua sede ou nas agências do Banco Mercantil do Brasil S/A, observado o horário limite constante do Formulário de Informações Complementares disponível na sede do Administrador, agências do Banco Mercantil do Brasil S/A e na página da Internet: www.mercantildobrasil.com.br, independente de feriado estadual ou municipal na sede do Administrador.

Parágrafo Único - Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, serão deduzidas do valor entregue ao Administrador as taxas e/ou despesas convencionadas.

Artigo 18 - O resgate de quotas será efetivado, sem a cobrança de qualquer taxa e/ou despesa, não previstas, conforme disposto neste regulamento.

Parágrafo 1º - No resgate, será utilizado o valor da quota de fechamento do dia do pedido de resgate pelos investidores, desde que observado o horário fixado pelo Administrador, constante Formulário de Informações Complementares do **FUNDO**.

Parágrafo 2º - O crédito do resgate, em conta do cotista, será efetuado no dia da conversão da cota.

Parágrafo 3º - As cotas do **FUNDO** não possuem prazo de carência.

Parágrafo 4º - É devida pelo Administrador, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do resgate, caso seja ultrapassado o prazo para o crédito estabelecido no caput, à exceção do disposto no artigo 15, deste regulamento.

Artigo 19 - Os extratos da conta de depósitos espelharão o número inteiro ou fracionário das quotas de cada cotista.

DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 20 - O **FUNDO** terá escrituração contábil destacada da relativa à do Administrador.

Artigo 21 - O exercício social do **FUNDO** tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro do mesmo ano.

DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 22 - O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, através de correspondência a todos os cotistas e potenciais cotistas, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à sua permanência, alienação ou aquisição de cotas no **FUNDO**.

Artigo 23 - O Administrador, além de remeter mensalmente o extrato da conta de aplicação no **FUNDO**, exceto para os cotistas que se manifestarem contrários, colocará a disposição desses e de potenciais cotistas, de forma equânime, em sua sede e nas agências do Banco Mercantil do Brasil S/A. e no endereço eletrônico www.mercantildobrasil.com.br:

- No ato da aplicação:
Regulamento, Lâmina e Formulário de Informações Complementares do **FUNDO**
- Diariamente:
 - a) Valor da cota e rentabilidade do **FUNDO**;
 - b) patrimônio líquido do **FUNDO** ;
- No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês:
 - a) Informações sobre o número de quotas de propriedade de cada cotista;
 - b) Demonstrativo da composição e o valor da carteira e percentual dos ativos em relação ao patrimônio líquido do **FUNDO**;
- Anualmente:
As demonstrações contábeis devidamente auditadas no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem;

Parágrafo Único – quaisquer informações complementares relativas ao **FUNDO** e/ou Cotistas poderão ser solicitadas diretamente ao Administrador ou através das agências do Banco Mercantil do Brasil S.A., conforme instruções contidas no Formulário de

Informações Complementares do FUNDO – ATENDIMENTO AO COTISTA.

DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 24 - Constituirão encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de que trata o artigo 10, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas diretamente:

- I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- II – despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstos na legislação vigente;
- III- despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV - honorários e despesas do auditor independente;
- V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- VI- honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao **FUNDO**, se for o caso;
- VII – parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do **FUNDO** pelo administrador ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o **FUNDO** detenha participação;
- IX – despesas com custódia, registro e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;
- X – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários.

Parágrafo Único – Quaisquer despesas não previstas como encargos do **FUNDO**, inclusive aquelas de que trata o artigo 84, § 4º da ICVM nº 555, e as decorrentes da elaboração do

prospecto correm por conta do administrador, devendo por ele ser contratadas.

POLÍTICA RELATIVA AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Artigo 25 - O **FUNDO** tem como política não exercer, pelo administrador, gestor nem por seus representantes legalmente constituídos, seu direito de voto em Assembleias Gerais das companhias nas quais detenha participação.

DA TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

Artigo 26 - Sobre os rendimentos auferidos pelos cotistas incidirá o Imposto de Renda na Fonte, que será recolhido pelo Administrador, em conformidade com a legislação vigente, conforme descrito no Formulário de Informações Complementares do **FUNDO**.

Artigo 27 - Incidirá o IOF sobre os resgates ocorridos nos primeiros 29 dias, contados da data de cada aplicação, conforme a legislação vigente.

Artigo 28 - Alterações na legislação vigente acarretará modificações nos procedimentos tributários aplicáveis ao **FUNDO**.

Parágrafo Único: As operações da carteira do **FUNDO** não estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda e IOF.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 29 - Compete privativamente à assembleia geral de cotistas deliberar sobre:

- a) Demonstrações contábeis apresentadas pelo administrador do **FUNDO**;
- b) a substituição do administrador, do gestor ou do custodiante do **FUNDO**;
- c) a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação do **FUNDO**;
- d) o aumento da taxa de administração e taxas máximas de custódia do **FUNDO**;
- e) a alteração da política de investimento do **FUNDO**;

f) a alteração do regulamento do **FUNDO**.

Parágrafo Único: em decorrência de exigência expressa da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, de adequação às normas legais e regulamentares ou para atualização dos dados cadastrais do Administrador, gestor ou custodiante e redução da taxa de administração, este regulamento poderá ser alterado independentemente da assembleia geral de cotistas.

Artigo 30 - A convocação da assembleia geral de cotistas deverá ser encaminhada a cada cotista por meio de canais eletrônicos e/ou por meio físico e disponibilizada na página do administrador e do distribuidor na rede mundial de computadores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta a ser apreciada, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização.

Parágrafo Único: Nas convocações realizadas através de canais eletrônicos o administrador deve enviar correspondência por meio físico aos cotistas que fizerem tal solicitação de forma expressa, cujo custo será debitado ao cotista solicitante.

Artigo 31 - A Assembleia Geral se reunirá anualmente para deliberar sobre as demonstrações contábeis do **FUNDO**, em até 120 dias após o encerramento do exercício social, observado o prazo mínimo de 15 dias de disponibilizadas as demonstrações contábeis auditadas, relativas ao respectivo exercício social.

Artigo 32 - A Assembleia Geral de cotistas instalar-se-á com a presença de qualquer número de cotistas sendo as deliberações tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota 1(um) voto.

Parágrafo 1º- Os cotistas poderão votar em assembleias por meio de comunicação escrita ou eletrônica, quando a referida possibilidade estiver expressamente prevista na convocação da assembleia, devendo a manifestação do voto ser recebida pelo Administrador até o dia útil anterior à data da assembleia, respeitado o disposto nos parágrafos segundo e terceiros do presente artigo.

Parágrafo 2º - A entrega do voto, por meio de comunicação escrita, deverá ocorrer na sede

do Administrador, sob protocolo, ou por meio de correspondência, com aviso de recebimento, na modalidade "mão própria", disponível nas agências dos correios.

Parágrafo 3º - O voto eletrônico, quando aceito, terá suas condições regulamentadas na própria convocação da assembleia que, eventualmente, estabelecer tal mecanismo de votação.

Parágrafo 4º – As deliberações relativas às demonstrações contábeis do **FUNDO** que não contiverem ressalvas podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer cotistas.

Artigo 33 - Somente podem votar na Assembleia Geral os cotistas do **FUNDO** inscritos no registro de cotistas na data da convocação da assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - O Administrador se obriga a respeitar, a fazer cumprir as demais normas consubstanciadas na regulamentação pertinente, entre outras as que regem a composição e diversificação da carteira do **FUNDO**, a realização das assembleias gerais dos cotistas e as demonstrações financeiras.

Artigo 35 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Administrador de conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis à matéria e os princípios gerais de direito, ficando designado o foro da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, para quaisquer ações e/ou procedimentos judiciais relativos às dúvidas que, eventualmente, venham a ser suscitadas na aplicação deste Regulamento e não resolvidas administrativamente, com a renúncia expressa de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Belo Horizonte, 18 de março de 2016.

**MERCANTIL DO BRASIL CORRETORA S.A.
CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS
ADMINISTRADOR**